

**ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Hoje, Dia do Professor, eu não poderia deixar de registrar a Sessão Solene Professora Maria Ildonei de Lima Pedra, referente à entrega da medalha, uma justa homenagem aos homens e mulheres que dedicaram suas vidas a ensinar, inspirar e transformar vidas, porque ser professor é muito mais do que transmitir conhecimento, é formar cidadãos, construir valores e abrir caminhos para uma sociedade mais justa e preparada para o futuro, haja vista que a sala de aula é um espaço de transformação e cada educador é peça essencial na construção do nosso estado e país. Em nome da Assembleia Legislativa, o nosso reconhecimento e gratidão a todos os professores e professoras que fazem da educação a sua vocação e o seu propósito, reconhecendo que em tempos de inovação, tecnologia e inteligência artificial, os desafios são maiores. Parabéns a todos os professores, pelo seu dia! Solicito ao segundo- secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

PEQUENO EXPEDIENTE.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público aqui presente no Plenário da Assembleia Legislativa e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Nonagésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.*

PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Treze da Nonagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nºs 32/2025, de autoria do Poder Executivo; Ofícios nºs 581, 629 e 633/2025, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 40631/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.401, 1.449, 1.452, 1.479, 1.480, 1.490, 1.538 a 1.540, 1.574, 1.597, 1.601, 1.603, 1.606, 1.608 e 1.609/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 2.324/2025, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Processo nº 038127/2025, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Carta nº 0107/2025, da Motiva Pantanal. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Gerson Claro, Paulo Duarte, Zeca do PT, Lidio Lopes e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara, Lia Nogueira, Caravina, Coronel

David, Zé Teixeira e Antonio Vaz. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa e João Henrique. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 62/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Resolução nº 70/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 74/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Resolução nº 92/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Resolução nº 100/2025, de autoria da deputada Lia Nogueira; Projeto de Resolução nº 112/2025 de autoria do deputado Lidio Lopes; Projeto de Resolução nº 134/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 119/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Resolução nº 81/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Resolução nº 53/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro; Projeto de Resolução nº 84/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Resolução nº 87/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Resolução nº 94/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka; Projeto de Resolução nº 120/2025, de autoria do deputado Marcio Fernandes; Projeto de Resolução nº 122/2025, de autoria do deputado Lidio Lopes; Projetos de Resolução nºs 132 e 133/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 208/2024, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 194/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 94/2025, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 222/2025, de autoria dos deputados Renato Câmara e Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao familiares de Magali Jeanete de Souza Carvalho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares de Antônio João, terceiro-sargento PM Marcos Rojas Goncalez e cabo PM Claudemir Sanguina Marques, pela atuação técnica, corajosa e humanitária que, em uma ocorrência de violência doméstica, culminou no salvamento da vida do próprio autor da ameaça; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao estudante Terena Guilherme Amurity, da Escola Estadual Indígena Pastor Reginaldo Miguel - Hoyeno'o, localizada na Aldeia Lagoinha, em Aquidauana/MS, pela brilhante participação na estreia da nova temporada do programa The Voice, atualmente exibido pelo SBT, na noite da última segunda-feira, 6 de outubro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à Magnífica Reitora Camila Ítavo, pelo reconhecimento como zootecnista mais influente do ano de 2025 para o agronegócio brasileiro, pela Associação Brasileira de Zootecnistas- ABZ, no 34º Congresso Brasileiro de Zootecnia, em Salvador, BA; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao senhor Carlos Adalberto Pereira Porto e ao senhor Pedro Sérgio Lima Ortale, extensiva a todos os colaboradores, pela realização da 1º Bienal do Livro de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 22 de outubro do corrente ano, das 14h às 16h, para a realização de palestra alusiva ao Outubro Rosa; requerimento, de autoria do deputado Lucas de Lima, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, para a realização da Sessão Solene de entrega da "Comenda Antônio Tonani", criada pela Resolução nº 103/2019, em comemoração do Dia do Radialista; requerimento de informações, de autoria do deputado Pedro Kemp; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Gerson Claro, Gleice Jane, Zé Teixeira, Jamilson Name, Junior Mochi, Coronel David, Mara Caseiro, Lia Nogueira e Pedro Kemp. **USO DA TRIBUNA.** O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para uso da tribuna pelo senhor Jeder Fabiano da Silva Bruno, presidente da Associação dos Beneficiários da Cassems no Mato Grosso do Sul (AbecaMS). **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente

Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatorze de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de outubro de 2025 (Dia do Professor): Mensagem nº 33/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de créditos tributários relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (Prot. nº 04029/2025); Ofício nº 0636/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nº 4011/2025); Ofícios nºs 65 e 147/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo às indicações do deputado Jamilson Name (Prot. nºs 1645, 380/2025); Ofício nº 391/2025, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3050/2025); Ofício nº 51/2025, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane; Despachos da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name e Coronel David (Prot. nºs 2174, 1903/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Quero agradecer e registrar a presença do José Divino Francisco, vereador do município de Paraíso das Águas; do senhor Henrique César, vice-prefeito de Inocência; Jefferson Vieira, vereador do município de Bela Vista; do senhor Rodrigo Barbosa, vereador no município de Bela Vista; do senhor Renato Mendonça, secretário de Saúde de Bela Vista; do senhor Elson Freire, vereador do Município de São Gabriel do Oeste; do João Guilherme, coordenador-geral da Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, da Vila Planalto; do senhor Eduardo Higa, coordenador do Conselho Administrativo Econômico Paroquial. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação e um requerimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa/MS, solicitando estudos no sentido de restabelecer o posto de atendimento da Energisa no município de Iguatemi. Justificativa: o município de Iguatemi vem enfrentando dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços prestados pela concessionária, especialmente diante das constantes quedas de energia elétrica, com maior incidência na zona rural. Diante disso, a falta de um ponto de atendimento físico tem gerado transtornos à população que precisa se deslocar a outros municípios para resolver questões simples, como abertura de

chamadas, reclamações, orientações e renegociações. O retorno do posto de atendimento garantirá mais agilidade, proximidade e eficiência no relacionamento com os consumidores, além de possibilitar um acompanhamento mais eficaz das demandas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica. Também quero apresentar um requerimento para que no tempo regimental ocorra o pronunciamento da senhora Deumeires Moraes, presidenta da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), na Sessão Ordinária do dia 23 de outubro de 2025. Esta solicitação para o uso da tribuna foi encaminhada por representantes da entidade, com a finalidade de repercutir, neste Parlamento, assuntos de interesse da categoria, especialmente a necessidade de realização de novos concursos para professores no Mato Grosso do Sul. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero, neste dia 15 de outubro, parabenizar a todos professores e professoras de Mato Grosso do Sul. Essa é uma profissão que realmente enobrece a pessoa, requer compromisso, dedicação, e é uma profissão que forma todas as outras. O trabalho do professor no dia a dia transforma vidas, transmite valores e conhecimentos, além de ser uma brilhante carreira abraçada por milhares de homens e mulheres que estão no chão das escolas, nas universidades e em outros ambientes educativos, desenvolvendo um trabalho que, com certeza, é o fundamento do desenvolvimento do nosso estado. Os professores merecem essa homenagem em reconhecimento ao seu trabalho, através da valorização salarial e de melhores condições de trabalho. Sabemos que, no Mato Grosso do Sul, a maioria dos professores é contratada temporariamente, portanto, faz-se urgente a realização de concurso público para professores nas redes de ensino estadual e municipal, e também a definição da carreira em projeto de lei, em discussões com a categoria, para garantir a valorização profissional desses educadores e educadoras de Mato Grosso do Sul. Portanto, parabéns a todos os professores e professoras. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas e a todos os presentes nesta Sessão. Para apresentar inicialmente uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Ana Maria, esposa, ao seu filho Jean Rossi Gomes da Silva, extensiva aos familiares e amigos, em decorrência do falecimento do senhor Tiago Gomes da Silva, ocorrido dia 13 de outubro de 2025. Indico a Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Fellini, solicitando estudos para a restauração da Ageprev, com base na efetiva implantação da Lei nº 6.417/2025, aprovada nesta Casa. Em razão dessas alterações

legislativas e da reforma constitucional da previdência, a Ageprev absorveu competências legais e obrigações regulamentares que geraram a necessidade de ampliação de sua estrutura mediante a criação de unidades organizacionais para responder pelas obrigações derivadas dos novos comandos. A Lei nº 6.417, de 30 de maio de 2025, que criou o quadro de cargos em comissão da Ageprev, foi um marco histórico e uma grande conquista da agência que há anos aguardava a correção das distorções apresentadas. Eu encaminho essa indicação para o Governo, em regime de urgência, para que seja estabelecida a implantação da Lei nº 6.417/2025, nesse órgão que é fundamental para o nosso estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, deputados e deputadas, e a todos que se fazem aqui presentes neste Plenário. Quero cumprimentar o vereador Fio do Povo, de Paraíso das Águas; as meninas do Karatê e o vereador Perkão, de São Gabriel do Oeste. Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa em consonância as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao padre Jair Conceição Máximo, pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, extensiva a toda a comunidade paroquial e equipe de festeiros, pela realização da 43ª Festa da Padroeira, evento festivo que concilia fé, tradição e união. O festejo foi realizado dos dias 3 a 12 do corrente mês, proporcionou o encontro de devotos da comunidade local, integrou gerações e atraiu visitantes das demais regiões do nosso estado. O evento incluiu novenários, missas e programação social, com atrações musicais e gastronômicas, culminando em celebrações especiais no Dia de Nossa Senhora Aparecida. A realização foi possível graças à união e ao apoio de toda a comunidade paroquial e equipe de festeiros que, em exemplo de devoção e fé, promoveram momentos inesquecíveis para os fiéis e demais visitantes. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, ao ministro dos Transportes, senhor José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, ao diretor-geral da Agência de Transporte Terrestre (ANTT), senhor Guilherme Tell Sampaio, solicitando a intercessão junto à Rumo Malha Oeste, empresa integrante do grupo Rumo Logística S/A, concessionária da rede férrea que corta o Estado de Mato Grosso do Sul, para que a mesma autorize o Executivo Municipal de Maracaju, a realizar serviços básicos de manutenção na área da rede compreendida dentro dos seus limites territoriais. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Joãozinho Rocha e Renner Barbosa. A Rumo Logística S/A administra milhares de quilômetros de ferrovias, em todo o país, com mais de mil e quatrocentas locomotivas e mais de trinta e cinco mil vagões, além de terminais de transbordo e portuários, entretanto, a rede férrea do município de Maracaju, sob concessão da empresa Rumo Malha Oeste, do grupo Rumo Logística S/A, encontra-se em estado precário. A deficiência da prestação de serviços básicos de manutenção, como limpeza, revitalização e segurança da estrutura física da área, tem

ocasionado inúmeros problemas aos munícipes e aos moradores que residem no entorno, que são obrigados a conviver com a sujeira e com a frequente circulação de usuários de drogas e de marginais que se abrigam na área degradada pelo mau uso e abandono. Diante do exposto, é de extrema importância a manutenção da segurança e da qualidade de vida da população maracajuense, e a atuação direta do poder público municipal dentro da área da rede férrea. Isso posto, por sua relevância e urgência, a indicação ora sugerida deve ser acolhida com a devida atenção pelo Governo do Estado, junto ao poder público federal. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Quero cumprimentar o vereador Fio do Povo; a Alessandra e a Amanda, do Projeto Social de Karatê, de Paraíso das Águas; os vereadores Leu Lopes, Silmara e Teresa, de Santa Rita do Pardo. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de serviço de limpeza nas laterais, encascalhamento e melhoras na rodovia MS-339, nas proximidades da Serra das Três Cruzes, no município de Bodoquena. Essa é uma solicitação da comunidade da região, encaminhada pela vereadora Cristiane Ferreira Siqueira. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando a adoção de providências urgentes quanto às constantes quedas e interrupções no fornecimento de energia elétrica na zona rural do município de Nova Andradina, especialmente no assentamento Tejin, distrito da Nova Casa Verde. Justificativa: diante dos reiterados transtornos relatados pelos moradores da localidade, eles vêm enfrentando oscilações e cortes frequentes de energia, o que tem comprometido o bem-estar das famílias e o funcionamento de aparelhos domésticos e agrícolas. Essa indicação veio da vereadora Marcia Lobo, de Nova Andradina, mas eu já recebi outras reclamações dos moradores da Tejin, com relatos de perda de mercadorias, como leite, por exemplo, assim como a queima de equipamentos. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu gostaria de parabenizar o presidente do Sindicato Rural de Nova Andradina e o Marquinhos, pela realização da Exponan, uma grande festa da qual tive o prazer de participar, juntamente com o deputado Hashioka. Quero aproveitar para parabenizar o prefeito Leandro Fedossi e o vice-prefeito Arion, que auxiliaram na organização desse evento e ontem foram absolvidos pela Justiça no processo eleitoral que estava tramitando. Agora eles terão oportunidade de tocar o mandato com

tranquilidade, haja vista a melhoria que vem acontecendo no município de Nova Andradina. Era só isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação verbal, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, nos seguintes termos: " A bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta a esta Casa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao Presidente da República, senhor Luís Inácio Lula da Silva, pela determinada, corajosa e insistente política pública no sentido do combate à pobreza no Brasil que, em menos de três anos, fez com que o Brasil saísse do mapa da fome interposta pelo governo anterior". Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Presidente da República que nesta semana levou para a Sua Santidade o Papa Leão XIV, a proposta da criação de um fundo global de combate à fome no mundo, tributando os bilionários em 2%, proposta também apresentada à FAO, que é um organismo das Nações Unidas. Nesses termos, requeremos a aprovação da moção de aplauso endereçada ao Presidente da República, pelas políticas públicas realizadas, bem como ao ministro do Desenvolvimento Social, senhor Wellington Dias. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT. Antes, quero pedir a Vossa Excelência que encaminhe o seu questionamento por ofício.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Já estamos providenciando, senhor presidente. Eu gostaria também de convidar todos os deputados para a reunião no Plenarinho, hoje, às 14 horas, com a presença dos superintendentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos gerentes gerais das cooperativas, para tratar do atendimento dos agricultores da agricultura familiar nos estabelecimentos bancários deste estado. Na oportunidade, queremos dizer a eles que não vamos mais admitir desrespeito, destrato ou preconceito com aqueles que produzem a comida deste país. Nós estaremos reivindicando que se tenha com os pequenos agricultores, deputado Pedro Kemp, o mesmo tratamento e respeito que é dado aos proprietários do agronegócio. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada solicitação para uso do Plenarinho, para a realização da audiência pública com a Energisa, com o objetivo de discutir a questão da energia rural, cuja proposta principal é a questão da agricultura familiar, referente à agroindustrialização da pequena propriedade. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Eu quero apresentar uma moção de congratulação, um projeto de lei e sete indicações. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao psicanalista e neuropsicólogo Evandro dos Santos Carlos Nolasco, pelo Dia do Professor, e em seu nome, cumprimentar, com louvor, esses profissionais que ensinam, instruem, preparam e capacitam as crianças, os jovens e adultos nas diversas fases da vida. Apresento também um projeto de lei, que denomina "Antônio Ferreira dos Reis Varanda" o anel viário do município de Itaporã, no prolongamento da rodovia MS-156, que faz a ligação com a MS-157. Artigo 1º - Fica denominado Antônio Ferreira dos Reis, popular Varanda, o Anel Rodoviário de Itaporã, no trecho de 13,83 quilômetros no prolongamento da rodovia MS-156, que faz ligação com a MS-157, no município de Itaporã. Era só isso, senhor presidente. As indicações seguem anexas.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Eu quero apresentar um projeto de lei. Institui multa administrativa em casos de violência e agressão, desrespeito ou desacato praticado contra profissionais de saúde, no Estado de Mato Grosso do Sul. Fica instituída, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, multa administrativa aplicada ao autor do ato de violência, agressão física, verbal ou moral, desrespeito grave ou desacato praticado contra o profissional de saúde pública durante o exercício de suas funções, ou em razão delas, sem prejuízo das sanções penais também na esfera cível cabível. Essa multa administrativa será aplicada, independentemente da tipificação penal do fato, e o seu valor não isentará o infrator de eventual responsabilização. A multa prevista nesta lei será fixada no valor de trinta Uferms e, em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro. Os valores arrecadados com as multas previstas nesta lei serão integralmente destinados ao Fundo Especial de Saúde de Mato Grosso do Sul e aplicados em ações de saúde preventiva, bem-estar e valorização dos profissionais da saúde. A cobrança da penalidade prevista nesta lei caberá ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul, mediante comunicação da ocorrência ou notícia de fato. Esse projeto de lei surgiu de debates e deliberações da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde, instituída pela Assembleia Legislativa do nosso estado. Nós estamos tendo bastante avanço com relação a isso, principalmente nesse momento que tem ocorrido muitos casos de agressão contra profissionais de saúde em Mato Grosso do Sul, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Diante disso, nós vamos buscar, de uma forma constitucional, banir essas ocorrências e penalizar aqueles que cometem esse tipo de violência, porque não podemos terceirizar a culpabilização, visto que muitas das deficiências que ocorrem hoje na saúde são falhas do Executivo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Alexandre Rocha Santos Padilha, ministro da Saúde; ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado; ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de

Saúde, solicitando o reajuste urgente dos valores pagos a título de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), visto que essa tabela permanece defasada há mais de duas décadas, e estudo do Governo para viabilidade de complementar com recursos próprios os benefícios pagos aos pacientes de Mato Grosso do Sul, enquanto não houver solução em nível federal. Nós sabemos que essa tabela via SUS está defasada, mas a gestão da saúde é tripartite, e sendo assim, a responsabilidade é dos governos federal, estadual e municipal. De acordo com a análise que fizemos, a tabela de alimentação sem pernoite para pacientes que estão debilitados, muitas vezes com doenças graves, como por exemplo, os renais crônicos que vão buscar tratamento fora do nosso estado, é de apenas R\$ 8,40, e nos casos em que há pernoite o valor da tabela paga pelo SUS é de R\$ 24,75. Isso é desumano, é falta de dignidade com quem está buscando esse tratamento. Por mais que seja de responsabilidade do Governo Federal, acredito que o Governo do Estado pode, como um socorro emergencial, dar um suporte, um aporte financeiro nesse sentido, visto que alguns estados da federação, independentemente dessa tabela, já fazem essa complementação. Vejam que nós não estamos falando em custo para o orçamento do nosso estado, estamos falando de investimento na vida de pacientes sul-mato-grossenses. Por ora era isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, vereadores, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Em nome do Eduardo, quero cumprimentar a caravana que logo mais estará sendo homenageada pela deputada Mara e por todos nós. Senhor presidente, assim como foi dito aqui pelos meus colegas deputados Caravina e Zeca, eu também recebi uma reivindicação da comunidade de Rio Brilhante, a respeito da constante queda de energia elétrica. Nesse sentido eu encaminho ao diretor-presidente da Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, uma solicitação para que seja feito um estudo técnico para sanar esse problema. E por último, senhor presidente, eu não poderia deixar de registrar o evento maravilhoso que a deputada Gleice fez, homenageando os professores e professoras que dedicaram a sua vida por esse mister tão importante de ajudar a promover cidadania. Hoje celebro com cada um dos nossos colegas professores que têm a missão de ensinar e de transformar vidas. Eu também sou professor e sei bem quanta dedicação, paciência e amor envolve cada aula, cada olhar atento, cada palavra de incentivo. Como presidente da Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Gleice, a Mara, o Caravina e o deputado Junior Mochi, que são membros titulares dessa comissão, estamos atentos com relação às demandas que temos. Hoje, nós temos o maior salário do Brasil, mas também temos a questão dos professores convocados que representam, aproximadamente, 60% do efetivo, e eles estão aguardando o Governo cumprir com o compromisso de fazer a promoção da isonomia salarial. Esse é um desafio, e eu tenho certeza que o governador Eduardo Riedel está motivado para que, num espaço curto de tempo, alcancemos a realização desse sonho. A todos os professores e professoras, o nosso profundo reconhecimento e gratidão. Sigamos juntos, educando, inspirando e construindo um Mato Grosso do Sul melhor. Feliz Dia do

Professor! Deus abençoe o Mato Grosso do Sul e o nosso país. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Quero parabenizar todos os professores e professoras por esse dia importante, um dia de comemoração, mas também um de relembrar a necessidade das nossas lutas e dos avanços da categoria, em especial dos professores contratados, servidores administrativos e professores do estado, lembrando que nas redes municipais nós temos pautas importantes, como a educação especial, que tem demandado bastante trabalho dos professores e professoras. Então, a gente segue discutindo, debatendo, no intuito de avançar todas essas lutas. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Miranda, solicitando esclarecimentos acerca dos processos participativos e de governança cultural, relacionados ao Sistema Estadual de Cultura e a construção do Plano de Aplicação de Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Indaga-se: a ata da escuta pública realizada dia 15 de agosto do corrente ano, na Assembleia Legislativa, foi formalmente considerada incorporada ao processo de construção do Plano de Aplicação de Recursos? Como se deu a consulta obrigatória ao Conselho Estadual de Políticas Culturais na elaboração e aprovação do PAR? Qual foi o papel efetivo do conselho da priorização de metas, programas e ações do plano? Está prevista a participação formal do Fórum Estadual de Cultura do Conselho Estadual de Políticas Culturais, bem como os colegiados setoriais nessa agenda? Esses são alguns dos questionamentos que nós estamos fazendo, mas tem aqui uma lista enorme que não vou fazer leitura de todos, mas estamos aqui encaminhando esse requerimento de informação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento para criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público dos servidoras e servidores. Nós fizemos um seminário para discutir as finanças públicas do Estado de Mato Grosso do Sul e, na ocasião, a gente percebeu a necessidade de criar uma frente parlamentar mista, com a participação da sociedade, dos sindicatos, dos movimentos sociais, para debater sobre a valorização dos servidores do serviço público. Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos e de seus servidores e servidoras, que tem por finalidade propor, discutir, apoiar e acompanhar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento do serviço público estadual, a valorização dos servidores da ativa e aposentados, a defesa das condições do trabalho e da eficiência na prestação de serviço público a sociedade sul-mato-grossense. Essa Frente Parlamentar será composta pelos deputados signatários, sob a coordenação da deputada Gleice Jane, mas também poderá contar com a participação colaborativa de entidades representativas do funcionalismo público, sindicatos, associações e movimentos sociais relacionados ao tema, que poderão

integrar grupos de trabalho, reuniões e debates na forma definida pela sua coordenação. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero registrar a presença neste Plenário do coletivo "Elas Podem", através da Taciana e da Carla. Elas vieram solicitar à Assembleia Legislativa a criação de uma Procuradoria da Mulher nesta Casa. Essa procuradoria tem sido uma prática na Câmara Federal, nas câmaras municipais e em várias assembleias legislativas do País, e nós também queremos uma frente aqui. Essa é uma reivindicação do coletivo "Elas Podem", mas também do movimento de mulheres, lembrando que no mês de março nós estivemos visitando vários Poderes e uma das reivindicações que o movimento de mulheres fez a esta Casa é que seja criada essa procuradoria. Nós temos uma situação bastante caótica aqui no estado, com a ocorrência de mais de trinta feminicídios somente neste ano, sendo o Estado de Mato Grosso do Sul considerado um dos mais violentos contra as mulheres. É preciso combater a misoginia para combater os vários tipos de violência decorrentes dela, e essa procuradoria é fundamental para ampliar e fortalecer esse debate aqui na Assembleia. Então, eu quero reforçar a solicitação das meninas, elas vão fazer visita a todos os parlamentares, à Mesa Diretora, e dizer que essa é uma proposta que nós mulheres aqui da Casa temos acordo e entendemos como de fundamental, necessária, importante e urgente. Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero manifestar total e irrestrito apoio ao pronunciamento da deputada Gleice. Recebi hoje de manhã a visita desse fórum representativo das mulheres e me chamou a atenção o fato de ainda não ter uma procuradoria aqui a Assembleia Legislativa, no sentido de desenvolver políticas públicas na defesa da mulher. Alguns anos após ser governador do estado, eu fui vereador de Campo Grande, e já naquela época, de 2012 a 2014, constatei a existência da Procuradoria das Mulheres na Câmara Municipal. E de 2014 a 2018, como deputado federal, em Brasília também percebi a mesma iniciativa política. Portanto, urge que esta Casa se modernize e crie essa procuradoria de políticas públicas para as mulheres. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, eu entrei com um projeto, nesta Casa, para a criação dessa procuradoria, houve um impasse da Mesa, mas acho que temos que nos debruçar sobre essa questão. Eu acho que é muito importante

a criação dessa procuradoria para dar atenção aos direitos das mulheres, porque quando ela foi criada no Senado Federal, veio uma orientação para que também fosse criada em todas as câmaras municipais e assembleias. Naquela época, eu entrei com o projeto, ele está em tramitação, então eu peço que o mesmo seja colocado em votação no Plenário. Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento todos que nos prestigiam com suas presenças, de modo especial, o vereador Perkão Sales, do município de São Gabriel do Oeste; o Dorali Portela, vice-prefeito de Laguna Caarapã, e em nome deles, cumprimento os demais vereadores e autoridades que nos visitam e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia e nos acompanham pelas mídias digitais. Eu inicio fazendo uma referência especial aos professores. Como dizia a nossa poeta Cora Coralina: "Feliz daquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina". Portanto, a educação é libertadora e transformadora na vida de cada um de nós. Parabéns a todos os professores! Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma moção e duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso aos valorosos profissionais que atuaram com excelência, dedicação e verdadeiro heroísmo no atendimento de emergência que salvou a vida do pequeno Lucas Emanuel Loureiro Sales, em 21 de setembro de 2025. Naquela data, esse menino sofreu um grave episódio de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, popularmente conhecido como engasgo, enquanto se alimentava em uma festa de família. Diante da gravidade da situação, e sem conseguir expelir o alimento, seus familiares buscaram socorro junto à guarnição do Corpo de Bombeiros Militar do Bairro Tijuca, e durante o atendimento, o Lucas chegou a apresentar parada cardiorrespiratória, mas graças à técnica, à prontidão e à serenidade dos socorristas, foi possível realizar a manobra de desobstrução, extrair o alimento e restabelecer seus sinais vitais. Após o resgate, o menino permaneceu nove dias internado, sendo quatro deles entubado, e pela graça de Deus recuperou-se plenamente, sem qualquer sequer sequela. Portanto, esta moção é dedicada ao Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, de modo especial, ao tenente José Carlos Herculano Gonçalves; ao cabo QOPM-1 Victor Sarviano da Silva; ao soldado QBMP-1 William de Oliveira Papa; ao primeiro-sargento QBMP-1 Marcelo Costa de Oliveira; ao cabo QBMP-1 Henrique Cosme de Medeiros Mattos; ao soldado QBMP-1 Henrique Bispo Vaz; ao soldado QBMP-1 Mateus Oliveira Santana; ao cabo QBMP-1 Johnny Silva Lopes; ao soldado QBMP-1 Rodrigo Rodrigues da Silva Vargas; ao soldado QBMP-1 Kerman Jhordan da Silva Rodrigues, e ao cadete Rafael Evangelista Nunes Batista. Indico à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Camargo, presidente da Motiva, Concessionária de Rodovias S/A, e Nelson Soares Neto, diretor-presidente da Motiva Pantanal, antiga CCRMS-Via, solicitando informações sobre procedimentos, atendimentos realizados e serviços disponíveis aos usuários da rodovia BR-163, especialmente nos casos de pane, defeito mecânico ou imobilização de veículos. As informações requeridas referem-

se aos seguintes pontos: procedimentos adotados pela concessionária no atendimento a veículos que apresentem pane ou avaria mecânica na rodovia BR-163; tempo médio de resposta e alcance do atendimento emergencial, indicando eventual variação conforme o trecho da rodovia; serviços efetivamente oferecidos aos usuários em caso pane; canais oficiais de comunicação disponibilizados aos motoristas, telefone, aplicativo ou site; e protocolos de segurança e assistência aplicados durante o atendimento aos condutores e passageiros. O presente expediente é formulado em atenção ao pedido da vereadora Liliane Patrícia Dias Capuci, da Câmara Municipal de Naviraí, encaminhada a este gabinete por meio do Ofício nº 289/2025, solicitando apoio na obtenção de informações junto à Concessionária Motiva Pantanal. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), por cópias autônomas, solicitando a viabilização de recursos por meio de convênio ou execução direta no orçamento para construção de uma nova área de lazer com parque infantil no reassentamento Novo Porto João André, no município de Brasilândia, em atendimento ao pedido da vereadora Juliana Aparecida da Silva Rodrigues, da Câmara Municipal de Brasilândia, que encaminhou solicitação a este gabinete, por meio do Ofício nº 15/2025, que segue anexo. Apenas isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: um requerimento (Prot. nº 04008/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 04028/2025). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 4031/2025, 04030/2025). De autoria do deputado Gerson Claro: uma moção de pesar (Prot. nº 04006/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 04032/2025, 4007/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 04024/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 04025/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 04027/2025); um requerimento (Prot. nº 04026/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 04010/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 04021/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 04022/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 4019/2025, 04018/2025, 4017/2025, 4016/2025, 04014/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 04020/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4023/2025).). Antes de entrar no Grande Expediente, eu gostaria de registrar que houve uma falha no sistema na leitura do expediente das matérias de hoje, mas está protocolada a Mensagem nº 33/2025, do Poder Executivo, que encaminhou o projeto de lei que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de créditos tributários relativos a impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço interestadual e intermunicipal de comunicação, e dá outras providências. Comunico que o deputado Zé Teixeira já havia cobrado do Estado o conhecido "Refis". Então, nós vamos fazer um acordo de lideranças para tramitar rapidamente, porque é de interesse do estado e também dos empresários de Mato Grosso do Sul. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero comunicar a Vossa Excelência e à Mesa Diretora que muito provavelmente amanhã não estarei na Sessão, porque pretendo fazer visitas aos assentamentos rurais de Sidrolândia, e na sexta-feira estarei em Nioaque, juntamente com a deputada Gleice Jane, na inauguração da Unidade Básica de Saúde, participando da cerimônia de entrega das viaturas e ambulâncias para as comunidades indígenas, para atendê-los na questão da saúde. Na terça e quarta-feira da próxima semana, também não estarei na sessão porque tenho agenda em Brasília, com os ministros Haddad; Renan Filho, das Cidades; Wellington Dias, do Desenvolvimento Social; e com a presidenta da Funai, tratando das questões de recursos para agricultura familiar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte, que disporá de sete minutos para seu pronunciamento.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, na quinta-feira da semana passada, houve aqui um episódio em que o deputado Pedrossian Neto pediu a inversão de tempo sem dizer qual era o assunto, e na hora de transferir eu disse que ele tinha um pronunciamento bombástico, assim como brinco com todo mundo aqui, até porque tem que ter leveza. Eu não tinha a mínima ideia do assunto que o deputado Pedrossian Neto ia falar. Aí o deputado João Henrique fez um vídeo, depois desse episódio, dizendo um monte de bobagem, de má-fé, falando que havia um conluio, uma farsa... Eu quero dizer que não sou farsante, que ele não me meça pela sua régua, mesmo porque quem faz farsa é farsante. Portanto, me respeite como eu respeito todos aqui. Não vou mais admitir isso. Não vou entrar em bate boca, até porque não é o meu perfil, mas toda vez que entender conveniente, virei aqui falar aquilo que penso e expor a outra versão dos fatos, até para parar com essa história de ataques, de agressões, de xingamentos por parte dos caçadores de *likes* na internet. Então, quero registrar que não participei de conluio, de farsa, não recebi instrução do Governo, até porque eu não tenho chefe, não tenho político de estimação, político para mim é mito. O governador é um cara que eu respeito, faço parte da sua base, mas ele não é o meu chefe. Então, quem tem chefe é quem tem mito, e esse não é o meu caso, portanto, eu quero respeito. Respeito! Eu não participei de farsa. Tenha respeito para que seja respeitado. Fui oposição aqui durante dois mandatos, tive embates duros, mas fiz amigos, tive amizade com deputados de oposição, como os deputados Junior Mochi e Zé Teixeira, que estão aqui. Então, eu não admito, e também não quero debate. O que aconteceu foi que o deputado Pedrossian pediu tempo, eu transferi, e eu brinco com as pessoas, aliás com os vinte e três deputados, porque tem que ter leveza, mas eu peço respeito. A outra coisa é com relação a essa guerra... Ontem, veio aqui um senhor mostrar o lado dele sobre a Cassems, e quem me

ligou não foi o presidente, doutor Ricardo, foram os servidores da Cassems que estão lá desde 2001, quando a Cassems foi criada, e tive a honra de ter participado como secretário de Fazenda. O senhor que esteve aqui fez um importante pronunciamento, disse que tem cerca de três mil pessoas no abaixo-assinado, tem duzentas mil vidas na Cassems, então 1,5%. Tem que ser respeitado esse 1,5%? Tem. Só que o local não é aqui. A Cassems é uma empresa privada, ela é fiscalizada pelo seu conselho e o doutor Ricardo Ayache não é o rei, ele não manda, ele tem um conselho e quem fiscaliza a Cassems é a Agência Nacional de Saúde, assim como fiscaliza todos os planos de saúde. Eu tive o cuidado de olhar na ANS, órgão que fiscaliza os planos de saúde, e a Cassems tem cerca de doze reclamações por cada dez mil usuários, é uma das menores. Então, se tiver que reclamar, que seja no órgão que fiscaliza os planos de saúde. Eu sou um cara, deputada Lia, que depois que tive câncer, cada vez mais eu não quero ter razão, quero ter paz. Então, eu não vou entrar em gritaria, em xingamento, não é o meu perfil, nunca foi, mas não confunda educação com ficar calado para barbaridades que são ditas aqui, agressões pessoais. Eu acho que quem está preocupado com o patrimônio de alguém, se acha que o patrimônio está incompatível com a renda, que denuncie na Receita Federal, na Polícia Federal, no Ministério Público, na Swat, na Interpol, que é quem investiga lavagem de dinheiro; nós não temos competência legal para fiscalizar o patrimônio de ninguém e aqui não é lugar para fazer palanque, principalmente agressão. Eu ouvi calado agressões a pessoas que eu conheço, não somente ao doutor Ricardo, mas médicos, esposas de médicos que eu sei quem são. Eu estava falando com o deputado Jamilson sobre profissões difíceis, como a de professor, que é uma das mais fantásticas e importantes; de enfermeiro e de médico que lidam com a vida das pessoas... As pessoas têm que ser respeitadas. É importante para a democracia ter opositores, mas uma coisa que é muito clara é o direito de expressão e não o direito de esculhambar, mesmo porque, se quiser fazer isso, desça daqui e abra mão da tal da imunidade parlamentar. Eu estou falando algo muito claramente porque cansei. Nesse vídeo de má-fé foi falado que aproveitei a sua ausência: eu nem noto que está aqui. Tem aquela história da carroça vazia. Um dia pai e filho estavam em um bosque, deputado do Zeca do PT, e de repente aquela barulheira. O pai falou: é uma carroça vazia, porque tudo que não tem conteúdo, grita, xinga, esbraveja; já uma carroça cheia vai serena, com argumento, com serenidade. Eu estou falando de forma geral, mas tem um caso aqui. A gente vê hoje a honra das pessoas sendo atacadas no Congresso Nacional, mas ainda bem que começa a se modificar, porque as pessoas se escondem atrás do direito da expressão para a livre esculhambação. Isso tem que acabar. E eu tenho certeza que no tempo certo isso virá, não é censura, é estabelecer critérios. Então, se tem um patrimônio que é muito maior do que qualquer outra coisa, seja grana, dinheiro, carro, casa, que eu procuro carregar e transmito para os meus filhos, é a honra, é a minha história, e não é qualquer um que vai chegar aqui e falar bobagem a meu respeito. Quando eu achar conveniente, virei aqui me expressar, e se entender também conveniente, vou acionar a Corregedoria da Casa. Muito obrigado senhor presidente,

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, temos vinte projetos de resolução e comendas. Vou pedir para a equipe técnica colocar no painel a arte do convite para a Sessão Solene de Outorga de Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense, que será realizada no dia 29 de outubro de 2025, no Rubens Gil de Camilo, em homenagem aos quarenta e oito anos do Estado de Mato Grosso do Sul. Estamos organizando a festa para todas as autoridades e pessoas que prestaram relevantes serviços ao nosso estado. Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votarmos em bloco os Itens 1 a 19. Todos os deputados estão presentes? Os deputados que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição para votação em bloco os Itens 1 a 19, referentes a Comendas e Títulos de Cidadão Sul-Mato-Grossense, dou-os por aprovados. Aprovados os projetos de resolução para concessão de Títulos de Cidadão-Sul-Mato-Grossense e comendas às seguintes personalidades: senhora Maria de Lourdes Portugal, por indicação da deputada Mara Caseiro; ao senhor Jeroslau Pauliki, por indicação do deputado Lucas de Lima; à doutora Tatiana Amorim Guimarães, por indicação do deputado Zeca do PT; à senhora Ezir Bomfim Estremera Gutierre, por indicação do deputado Lidio Lopes; à senhora Maria Telma de Oliveira Minari, por indicação do deputado Roberto Hashioka; à senhora Fabiana Maria Lourenci, por indicação do deputado Lidio Lopes; ao senhor Gilson da Silva Pupo Azevedo (Frei Gilson), por indicação do deputado João Henrique; ao senhor Carlos Roberto Massa, o Ratinho, por indicação do deputado Gerson Claro; à senhora Lucimara Aparecida Braz Lopez, por indicação do deputado Professor Rinaldo; à senhora Letícia Maria Gouveia Pinheiro Murano, por indicação do deputado Antonio Vaz; à senhora Maria Clara de Moraes Porfírio, por indicação da deputada Gleice Jane; à senhora Cândida Graciela Chamorro Arguello, por indicação da deputada Gleice Jane; ao senhor José Antônio Pires de Souza, por indicação do deputado Lidio Lopes; ao senhor Emmanuel Pereira das Neves Neto, por indicação do deputado Professor Rinaldo; à senhora Maria Lourdes da Silva, por indicação da deputada Lia Nogueira; ao senhor Daniel Castro Gomes da Costa, por indicação do deputado Gerson Claro; à senhora Elaine Aparecida Soligo, por indicação do deputado Marcio Fernandes; ao senhor Reginaldo Maciel de Souza, por indicação do deputado Lidio Lopes; ao senhor Clóvis José Nascimento, por indicação do deputado Roberto Hashioka. Vão ao Expediente. (Projeto de Resolução 057/2025; Projeto de Resolução nº 071/2025; Projeto de Resolução nº 105/2025; Projeto de Resolução nº 107/2025; Projetos de Resolução nºs 108/2025 e 139/2025; Projeto de Resolução nº 111/2025; Projeto de Resolução nº 113/2025; Projetos de Resolução nºs 114/2025, 103/2025, 172/2025; Projeto de Resolução nº 116/2025; Projeto de Resolução nº 117/2025; Projetos de Resolução nºs 135/2025 e 136/2025; Projetos de Resolução nºs 137/2025 e 138/2025; Projeto de Resolução nº 064/2025; Projeto de Resolução nº 101/2025; Projeto de Resolução nº 103/2025; Projeto de Resolução nº 121/2025; Projeto de Resolução nº 138/2025; Projeto de Resolução nº 139/2025). Item 20. Projeto de Lei nº 104/2024. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o Protocolo Sul-Mato-Grossense Antirracista, visando a incentivar os estabelecimentos de grande circulação de pessoas, situados no estado, a adotarem voluntariamente medidas de sensibilização, de prevenção

e de acolhimento às vítimas em situações de injúria racial e de racismo". A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 04, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, esse é um projeto importante que tem como objetivo fortalecer, uma política antirracista de proteção às pessoas, aqui no estado. A ideia é que os estabelecimentos de grande circulação possam ter capacitação dos seus servidores e um espaço de acolhimento para quem for vítima de racismo. A gente sabe que o racismo é uma violência contra as pessoas, mas às vezes ela não é identificada, é sutil, e mesmo quando não é identificada, causa muitos traumas psicológicos e problemas na vida pessoal e profissional da vítima. A gente precisa ter um estado mais seguro. O que se pretende com essa proposta é ampliar o debate antirracista, para que estado consiga avançar nessas políticas. Quero agradecer o voto de cada deputado e deputada que está colaborando com a aprovação desse projeto, e dizer que ele é de fundamental importância para fortalecer uma política mais segura para as pessoas negras, para as pessoas imigrantes e para as pessoas indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. Obrigada.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Quero registrar e agradecer a presença do vereador Silvio Pitu.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para justificar o meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, para declaração de voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vou declarar aquilo que já fiz, votando positivamente, mas peço a Vossa Excelência essa oportunidade para enaltecer a sensibilidade da deputada Gleice Jane, que nos honra como companheira da bancada do PT, ao apresentar uma proposição no sentido de preservar o direito de muitos que quase

cotidianamente são submetidos ao preconceito, ao desrespeito, ao destrato. Agora, com essa proposição aprovada por esta Casa, isso tende a se modificar. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos agradecemos a presença de Doreli Portela, vice-prefeito de Laguna Carapã; da Taciane Pereira, diretora da Associação Elas Podem; do Kaudi Filho, vereador do município de Mundo Novo; do Evaldo Carlos, vice-prefeito de Mundo Novo; do vereador Silvio Pitu, o senhor Silvio Eduardo Alves Pena, do município de Campo Grande. Encerrada a votação.

Projeto de Lei nº 00104/2024, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 21. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 172/2025. Autor: deputado Gerson Claro. "Altera a redação da Lei nº 5.806, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Programa Estadual CNH MS Social, para incluir a destinação de recursos oriundos da arrecadação de multas de trânsito a seu custeio". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00172/2025, de autoria do deputado Gerson Claro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Paulo Lourenço, gerente-geral do Governo e ex-vereador de Mundo Novo; da senhora Alessandra Rodrigues de Souza, técnica da Seleção Brasileira de Karatê, de Paraíso das Águas; da Silmara Braga; da Leudeiane da Silva Lopes Bernardo e da Tereza Jesus da Silva Souza, vereadoras do município de Santa Rita do Pardo; da Amanda Nogueira, atleta da Seleção de Karatê, campeã do mundo aberto, campeã brasileira estadual 2024/2025 e 6º lugar no Sul-americano 2024. Consulto o primeiro-secretário sobre o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB). — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 22. Em votação simbólica. Três requerimentos, três indicações, uma moção de aplauso e doze moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Thiago Gomes da Silva. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da professora Maria Lucia Torrecilha. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Gerson Claro em coautoria com o deputado Londres Machado, em razão do falecimento da professora Terezinha Vanderley Bernardo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Nós vamos ler uma moção de congratulação que será concedida: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal, Casa de Leis e da Cidadania, por iniciativa da deputada Mara Caseiro, vem na forma regimental apresentar a presente moção de congratulação ao padre Jair Conceição Máximo, pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição da Aparecida, extensiva a toda comunidade paroquial e equipe de festejos, pela realização da 43ª Festa da Padroeira, evento festivo que conciliou fé, tradição e união". Imediatamente após a manifestação, convido a deputada Mara para recebê-los para a entrega da moção. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, ouvi atentamente o discurso do deputado Paulo Duarte, mas, infelizmente, não tinha mais tempo de me inscrever para exercer o contraditório, o contraponto tão importante que ontem, inclusive, eu já tinha mencionado que foi violado. Não é a primeira vez que o deputado Paulo Duarte fala que é preciso subir nesta tribuna para ganhar imunidade parlamentar, e em ataque, não sei se é porque ele perde a compostura, sai falando fora do microfone, com uma voz um pouco estridente, histérica talvez, e eu não consigo entender o que ele está dizendo. Mas eu quero esclarecer tecnicamente e juridicamente, caso ele não tenha conhecimento, que não é necessário estar nesta tribuna para ganhar os efeitos e o alcance da imunidade parlamentar. Pode falar daquele microfone, daquele, do microfone de apartes, inclusive fora da Assembleia. Então, ganha imunidade parlamentar quem quer enfrentar os maus feitos que outras pessoas não querem enfrentar, e fiscalizar a aplicação do recurso daquilo que é do povo. Isso cada um faz da maneira que entender necessário, principalmente, como já dito, uma oposição que está aqui na Assembleia, ou estava até pouco tempo, de maneira solitária, mas que usa de argumentação, de retórica, de empolgação e de emoção, para movimentar a qualidade dos debates desta Casa. É o que tenho feito. Eu nunca agredi nenhum parlamentar, já rebati

acusações que me foram feitas, desrespeito, atos de arrogância, prepotência, menosprezo, principalmente por algum aspecto técnico da fala. Então, eu acho uma falta de respeito e de verdade do parlamentar que me antecedeu aqui. Primeiro, ele se esquece, ao falar que nunca atacou, que nunca silenciou, que nunca tentou nenhum tipo de ato, deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência até me defendeu em Plenário, mas ele se esquece que na legislatura passada, assinou um pedido dentro desta Casa para que eu fosse caçado. Ele se esquece, senhor presidente, que tentou repetir esse pedido e articulou para que isso fosse assinado por uma categoria, que não vou mencionar aqui, que se recusou a assinar o segundo pedido dele de cassação do meu mandato, tendo se esquecido que eu fui absolvido por esse Plenário. Então, não se trata de uma imunidade parlamentar, porque a Casa me julgou, senhor presidente, e o senhor se lembra desse processo muito bem; a Casa entendeu não que era imune a minha fala, mas que não havia nenhuma violação pelo fato de eu ter comemorado a aprovação de um projeto, dentro de um estande de tiros, quando o clube de tiros que eu participava estava inteiramente adequado, correto, legal, durante aquela votação. Aliás, esse é um esporte que trouxe a primeira medalha olímpica de ouro para o Brasil. E naquela época da pandemia era comum estarmos participando da sessão dessa forma. Eu via, por exemplo, o deputado Jamilson em campos de futebol, o esporte que ele estava incentivando e aprovando, comparecendo à sessão de maneira on-line. E eu estava ali, da mesma maneira, praticando o mesmo ato. Quero dizer para esse parlamentar que disse que não brinca comigo, que talvez nem me cumprimenta, que é interessante, e eu posso dizer isso publicamente já que ele externou essa animosidade, aliás, algo que nunca fiz com relação a nenhum outro parlamentar. Eu sempre debati aqui na tribuna aspectos ideológicos, discordâncias, mas nunca tive nenhum problema ou nenhuma animosidade pessoal com nenhum parlamentar, deputada Mara, deputado Zé Teixeira. Mas, quero dizer que eu não notei. Eu não sei se estou igual à população de Corumbá: não estou notando direito o deputado Paulo Duarte, mas simplesmente não reparei. E já que nós estamos falando de Corumbá, eu quero registrar uma história que leva o nome de uma rua em Corumbá, que é a Frei Mariano. O Frei Mariano foi uma personalidade daquele município que contratou um relojoeiro italiano, um profissional que veio do exterior para trazer um relógio e também ideias para a reforma da igreja. Acontece que um político local não cumpriu o combinado, não executou devidamente os projetos, não pagou, não remunerou o profissional que se deslocou da Itália para vir trabalhar aqui no Brasil. Foi por esse motivo que surgiu essa lenda, essa anedota de que o Frei Mariano, ao sair de Corumbá, teria tirado a suas sandálias, batido elas num trem e dito que daquela cidade nem o pó ele queria levar. Quando vou a Corumbá, ouço muitas pessoas dizerem que o município não vai para frente, não evolui, que a saúde não muda, que cidade não cresce mais, por causa da praga de Frei Mariano que enterrou no município as suas sandálias. Na verdade, o que pode acontecer com os municípios quando não evoluem na saúde, por exemplo, é colocar pessoas, deputado Paulo Duarte, como Vossa Excelência, que não respeitam o debate, não respeitam as pessoas que querem, de uma maneira diferente da sua, trazer luz, trazer verdade, trazer debate, impulsionar, nesta Casa, as fiscalizações. Então, se Vossa Excelência não quer fiscalizar a Cassems, se diz que tem menos de 1% de reclamação, faça a mesma conta: não há também o mesmo percentual para eleger o presidente da Cassems. Quantas pessoas votaram no presidente? Quantas

peessoas foram legitimadas naquela sessão on-line? Mil pessoas não conseguiram votar! Dizer que pessoas humildes, que os servidores têm que reclamar é na ANS, que esse é o caminho legal... O senhor sabe disso, mas talvez eles não saibam que é lá que têm que reclamar; talvez as pessoas têm batido aqui na Assembleia por terem visto que há uma lei estadual que transfere recursos do Tesouro para a Cassems, ainda que para pagar a parte do plano de saúde, e por isso estão pedindo a nossa ajuda para fiscalizar. E qual é o problema, deputado? Se Vossa Excelência tem amizade, se conhece pessoas que estão lá, eu começo a ficar preocupado, porque os médicos, inclusive eu posso citar um deles aqui que vi agora nas redes sociais... Os médicos que estão na linha de frente não têm jato, não têm avião, não têm fazenda, e estão suspendendo os seus atendimentos. Por exemplo, o doutor Jackson acabou de emitir um comunicado informando que a partir de hoje os atendimentos pelo convênio Cassems estarão temporariamente suspensos, em pausa, por falta de repasse financeiro por parte do convênio. Não deveria estar atrasado o pagamento a esse profissional, isso não deveria acontecer porque se ele não fosse bom, não teria consultas ou a Cassems não o teria contratado. A Cassems recebe em dia, não há atraso e o Estado ainda complementa. Então, será que falta um pouco de espaço, de noção da realidade dos servidores para que o deputado que me antecedeu aqui possa, dentro da sua fala, tentar entender? Eu sei que eles construíram isso, sei que tem amigos deles lá dentro, e sei também de todos os interesses, inclusive os escusos. Mas não podemos deixar de ouvir os servidores, não podemos tocá-los aqui da Casa só porque eles estão descontentes, não podemos acreditar em pesquisas duvidosas. Vamos aprimorar, vamos potencializar essas pesquisas, vamos ouvir... Senhor presidente, eu cheguei aqui com uma carroça de vinte e cinco mil novecentos e quatorze votos; eu não cheguei porque fiquei patrocinando ação judicial para tirar parlamentar daqui, ou interessado a todo momento se esse parlamentar seria cassado ou não, pressionando, cobrando, torcendo, rezando para entrar aqui com uma carroça vazia. Eu entrei aqui porque as pessoas que votaram em mim acreditam, valorizam o meu trabalho, reconhecem a minha importância, e eu nunca desrespeitei ninguém por isso, de A a Z. Então, senhor presidente, quero apenas dizer que quem fez *fake news* foi quem deu recentemente um chique, falando que eu havia falado mal dos servidores públicos fiscais do Estado, quando eu disse do Fisco, genericamente, da maneira de arrecadar, da maneira de receber. Então, muito respeito, porque mesmo tendo recebido aquela *fake news*, não subi aqui na tribuna para pessoalizar, debater e muito menos ter uma espécie de chique aqui, revolta e pra dizer que as pessoas se escondem atrás dessa tribuna. Não me escondo, não me esconderei e estou disponível a qualquer momento. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Suspendo a Sessão. (11h29min) Convido a equipe de festeiros da Quadragésima Terceira Festa da Padroeira da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, evento festivo que conciliou tradição e fé, para adentrar ao Plenário e receber uma homenagem. Será feita a entrega de uma moção ao padre Jair Conceição Máximo, extensiva a toda equipe da paróquia e a toda comunidade. Podem entrar para a gente fazer a entrega. Eu vou acompanhar a deputada Mara e o deputado Caravina, com muita honra. (Entrega da



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA Nº 116 95ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15/10/2025**

moção). Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h33min).